

## **Situação de discriminação contra pessoas com deficiência física baseadas no capacitismo**

### ***Situation of discrimination against individuals with physical disabilities based on ableism***

Maria Lívia B. M. Andrade<sup>1</sup>; Ana Zélia Belo<sup>2</sup>

#### **Resumo**

**Objetivo:** Descrever as situações de capacitismo e suas consequências que afetam as pessoas com deficiência física. **Metodologia:** A presente pesquisa se caracteriza do tipo bibliográfica de Revisão Sistemática, de cunho descritivo. Foram consultadas as bases de dados CAPES, BVS e Scielo. **Resultados.** A análise dos artigos revelou que o capacitismo é uma forma de discriminação complexa e generalizada que afeta pessoas com deficiência física em diversos contextos sociais. Suas consequências incluem exclusão, estigmatização, falta de acessibilidade e oportunidades limitadas. No entanto, esses estudos também demonstram a importância de conscientização e ação para combater o capacitismo, promovendo uma sociedade mais inclusiva e igualitária para todas as pessoas, independentemente de sua condição física. **Considerações Finais:** Precisamos romper com o olhar capacitista e reconhecer as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, sem discriminação, em razão de seus diferentes modos de se locomover. É preciso desapegar dos padrões que geram preconceito e discriminação e entender que todos somos diferentes em alguns aspectos, mas que isso não deve ser um critério para a exclusão.

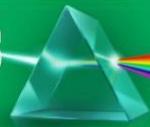
**Palavras-chave:** Capacitismo. Deficiência física. Discriminação.

#### **Abstract**

**Objective:** To describe situations of ableism and its consequences that affect people with physical disabilities. **Methodology:** This research is characterized by the bibliographic type of Systematic Review, of a descriptive. The CAPES, BVS and Scielo databases were consulted. **Results.** Analysis of the articles revealed that ableism is a complex and widespread form of discrimination that affects people with physical disabilities in different social contexts. Its consequences include exclusion, stigmatization, lack of accessibility and limited opportunities. However, these studies also demonstrate the importance of awareness and action to combat ableism, promoting a more inclusive and equal society for all people, regardless of their physical condition. **Final Considerations:** We need to break with the ableist view and recognize people with disabilities as subjects of rights, without discrimination, due to their different ways of moving. It is necessary to let go of the standards that generate prejudice and discrimination and understand that we are all different in some aspects, but that this should not be a criterion for exclusion.

**Keywords:** Ableism. Physical disability. Discrimination.

<sup>1</sup>Bacharelada em Psicologia da Escola Superior de Saúde de Arcoverde; <sup>2</sup>Doutora, Departamento de Educação Física, e-mail: anazeliabelo1@hotmail.com.



## **INTRODUÇÃO**

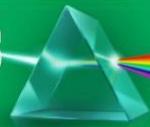
O tema abordado no estudo é de relevância social e deve ser objeto de reflexão e ação por parte de todos. Conforme apontado por autores como Hingsburger e Griffiths (2017) e Marchesan; Carpenedo (2021), o capacitismo é uma forma de discriminação que se baseia na crença de que as pessoas com deficiência são inferiores às pessoas sem deficiência. Essa forma de preconceito pode se manifestar de diversas formas, incluindo exclusão social e econômica, violência física e abuso emocional.

O termo capacitismo é relativamente novo e pouco utilizado no Brasil. Ganhou notoriedade nos Estados Unidos na década de 1980 durante os movimentos pelos direitos das Pessoas com deficiência, segundo o senador Flávio Arns (Podemos-PR), que preside a Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência. (Sasse, 2020) O termo definido ainda em 1991, nos Estados Unidos, o termo capacitismo (ableism, em inglês) pode ser definido como ‘preconceito contra pessoas com deficiência’

O capacitismo, que é o preconceito dirigido às pessoas com deficiência, segundo Mello (2016, p.3272) é:

[...] uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia.

Infelizmente, o capacitismo ainda é muito presente na sociedade, o que leva a muitas barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência no acesso a oportunidades, serviços e recursos. Dessa forma, é fundamental que se trabalhe pela conscientização e sensibilização sobre o tema do capacitismo, a fim de promover uma cultura de inclusão e respeito à diversidade. O último documento criado para normatizar os direitos das pessoas com deficiência, foi a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015) que estabelece no seu artigo 4º que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Documento legal que aponta as normas que deverão ser



observadas para a garantia do exercício dos direitos das pessoas com deficiência no país.

É importante para garantir a igualdade de oportunidades e o acesso a serviços e recursos, mas é preciso ir além, buscando uma transformação cultural que promova a valorização da diversidade e o combate a todas as formas de preconceito e discriminação.

Podemos observar que o capacitismo é uma forma de preconceito, de discriminação contra a pessoa com deficiência, faz parte da sociedade e envolve as capacidades que uma pessoa possui ou não. No caso da pessoa com deficiência, o imaginário traz à tona que essas pessoas não são capazes simplesmente por terem uma deficiência (Marchesan; Carpenedo, 2021, p. 50).

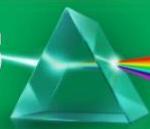
Logo, essa forma de exclusão se baseia em estereótipos e supostas incapacidades atribuídas a essas pessoas, e pode resultar em barreiras físicas, sociais e culturais que impedem a participação plena e efetiva desses indivíduos na sociedade.

O capacitismo pode se manifestar de diversas formas, desde a falta de acessibilidade física em espaços públicos, até a ausência de oportunidades de trabalho e educação para pessoas com deficiência. Além disso, muitas vezes a sociedade tende a tratar as pessoas com deficiência como "vítimas" ou "heroínas", desconsiderando a sua individualidade e autonomia (Marchesan; Carpenedo, 2021).

É importante destacar que o capacitismo não é apenas uma questão de atitude individual, mas também está relacionado a estruturas e políticas sociais que perpetuam a exclusão e a discriminação. Por isso, é fundamental que haja políticas públicas que garantam a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida social, além de ações de conscientização e sensibilização.

O enfrentamento à discriminação baseada no capacitismo exige a implementação de políticas públicas inclusivas, que busquem a superação dos obstáculos que limitam o acesso das pessoas com deficiência às oportunidades igualitárias. Neste sentido, é preciso criar programas de formação, acesso ao trabalho e à educação, além de estabelecer mecanismos de acompanhamento e fiscalização para garantir que as medidas sejam efetivamente implementadas (Pereira, 2021).

O Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou que 45,6 milhões de brasileiros (23,9% da população) apresentavam algum



tipo de deficiência, dessa população declaram ter alguma deficiência, seja ela física, seja ela visual, auditiva ou intelectual.

A proporção elevada chamou a atenção dos pesquisadores, que em 2018, com critérios e dados revisados, reformularam a projeção para 12,7 milhões de Pessoas com deficiência no país, ou 6,7% dos brasileiros. Mesmo assim, só o próximo Censo poderá conferir segurança estatística aos dados, de acordo com especialistas no assunto. (Sasse, 2020)

As pessoas com deficiência, entendendo esta como manifestação da diversidade humana, são diferentes e heterogêneas, sendo que cada uma delas tem suas predileções e respostas individuais para lidar com a sua condição (OMS, 2011).

Sobre a deficiência física o Decreto nº 5296/04, define deficiência física como sendo:

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

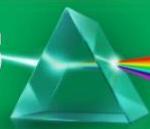
Logo, a pesquisa é norteada pela seguinte questão, quais situações de capacitismo e suas consequências que afetam as pessoas com deficiência física?

A pesquisa pode fornecer uma análise aprofundada sobre as diferentes formas de discriminação que as pessoas com deficiência física enfrentam diariamente, tais como a falta de acessibilidade em espaços públicos, o estigma associado às deficiências físicas e a exclusão social. Além disso, a pesquisa pode examinar as consequências dessas situações de capacitismo na vida das pessoas com deficiência física, tais como a baixa autoestima, a falta de oportunidades de emprego e educação, e a limitação da participação social.

Assim, a pesquisa tem como o objetivo, descrever as situações de capacitismo e suas consequências que afetam as pessoas com deficiência física.

## **CAPACITISMO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

Ao longo da história, concepções relacionadas às pessoas com deficiência estão ligadas à inclusão versus exclusão, segregação versus integração, até se firmar no paradigma da inclusão. No entanto, o atual paradigma para o tratamento das



peças com deficiência vem se consolidando há poucas décadas, e com ele tiveram as transformações sociais, culturais e políticas.

Na sociedade antiga, a pessoa com deficiência sempre foi equivocadamente compreendida como tendo um modo de vida “anormal”. Muitas vezes, mesmo de forma inconsciente, os sujeitos priorizam e buscam um padrão corporal nos diversos contextos sociais, contribuindo com uma visão capacitista dos sujeitos com deficiência (DIAS, 2013).

O processo de luta, na construção dos direitos das pessoas com deficiência, é marcado por um longo histórico de discriminação e, de segregação.

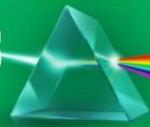
Durante a idade média e moderna, devido à forte influência religiosa, a pessoa com deficiência era vista por meio de um modelo caricato. A deficiência era entendida como um castigo divino, atribuída ao pecado. Neste contexto, a pessoa com deficiência era motivo de deboche ou repulsa, sendo ridicularizada, excluída ou até mesmo, sacrificada. A deficiência já foi associada tanto à castigo espiritual, como também à doenças geradoras de incapacidade - as quais devem ser tratadas somente no campo da intervenção médica. Essas compreensões geram um processo de opressão (Diniz, 2007).

Na sociedade atual, ainda que se tenham informações suficientes para romper das concepções com os sentidos em que a deficiência é compreendida como anormalidade se vista a partir da ideia de corponormatividade, a qual defende que o que é diferente do padrão estabelecido socialmente definido é considerado anormalidade. (Seron *et al.*, 2021)

Nesta perspectiva, Sampaio; Ferreira (2019, p. 25678), ressaltam que:

A forma como uma determinada sociedade entende a deficiência interfere definitivamente no modo que as pessoas com deficiência são tratadas. Ao longo da história do movimento político das pessoas com deficiência, conceitos e paradigmas foram e são alterados sistematicamente.

Embora as concepções sobre a deficiência tenham apresentado mudanças, as marcas do preconceito ainda se manifestam muito fortemente na sociedade atual. De acordo com Vendramin (2019) essa questão está associada ao olhar sobre adoção formal do modelo social da deficiência no Brasil e, não somente pela visão sobre a condição corporal dos indivíduos.



O modelo social, surgido entre as décadas de 60 e 70, critica a forma como a sociedade organiza-se ao não considerar a diversidade e acaba por excluir as pessoas com deficiência dos meios políticos e sociais (Augustin, 2012).

Para Seron *et al.* (2021, p. 4), “[...] o modelo social compreende a deficiência como uma forma particular de opressão social em que as desvantagens sociais são decorrentes de contextos e ambientes pouco sensíveis à diversidade”. Assim, diferente do modelo médico, a deficiência não se localiza no corpo e, sim, nas barreiras sociais.

Diferenciando, o modelo médico tem como foco central a deficiência da pessoa, objetivando a cura ou a medicalização do corpo com deficiência. No modelo social, o foco é o contexto na definição da deficiência, operando, inclusive, em outras categorias sociais, como gênero, raça/etnia etc. (Diniz, 2007).

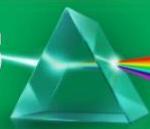
Cabe ressaltar que o modelo social tem contribuído para que a pessoa com deficiência retome o controle de sua própria vida, empoderados, participando com equidade e participando de forma ativa e política na sua comunidade.

Seron *et al.* (2021, p. 4) afirmam que “o modelo social compreende a deficiência como uma forma particular de opressão social em que as desvantagens sociais são decorrentes de contextos e ambientes pouco sensíveis à diversidade”, ou seja, a deficiência não está no sujeito, porém em barreiras sociais. Se o problema é com a sociedade e o meio ambiente, a sociedade e o meio ambiente precisam mudar. Nesse contexto, Augustin (2012, p. 56) acrescenta que,

Se um usuário de cadeira de rodas não pode usar um ônibus, o ônibus deve ser redesenhado. Desta forma, esse Modelo aponta para a eliminação das barreiras atitudinais, físicas e institucionais, buscando melhorar a vida das pessoas com deficiência, dando-lhes as mesmas oportunidades que os outros numa base equitativa. Levada à sua conclusão lógica, não haveria deficiência dentro de uma sociedade plenamente desenvolvida.

A discriminação e o preconceito nunca tiveram uma perspectiva obsoleta, ao contrário, encontram-se presentes na sociedade contemporânea.

Nessa direção, ao nos reportarmos a uma pessoa com deficiência julgando-a inapta ou mesmo incapaz, devido a sua condição, cometemos contra ela uma violência capacitista, refletindo a falta de respeito e empatia em relação a inclusão, bem como de acessibilidade.



Nem sempre percebemos quando praticamos o capacitismo, e geralmente o fazemos de forma não intencional, dessa maneira, na maioria das vezes, não pretendemos causar desconforto ou constranger a pessoa com deficiência.

## **CAPACITISMO COMO OBSTÁCULO DA INCLUSÃO**

O fenômeno do capacitismo é complexo e pode se manifestar de várias formas e em vários espaços sociais, possuindo crenças histórica e socialmente construídas sobre a deficiência, a pessoa com deficiência e o corpo incapaz.

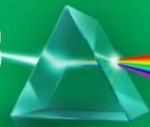
De acordo com Fagundes (2022, p.10), “o capacitismo consiste na desvalorização e desqualificação das pessoas com deficiência com base no preconceito em relação à sua capacidade corporal e/ou cognitiva”.

Os estudos citados abaixo apontam situações capacitistas em relação as pessoas com deficiência em diversos espaços sociais.

No contexto esportivo, os estudos de Santos; Gomes (2020) e Seron *et al.* (2021) oferecem uma visão abrangente sobre como estereótipos e preconceitos podem afetar a participação plena de adolescentes com deficiência física. A análise revela a existência de barreiras que vão além das limitações físicas, envolvendo a percepção social e as expectativas associadas a esses jovens. Contudo, esses estudos também apontam para um aspecto positivo: o potencial transformador do esporte como uma ferramenta na luta contra o capacitismo.

Ao participarem de atividades esportivas, os adolescentes com deficiência têm a oportunidade de desafiar estereótipos e superar limitações percebidas, construindo uma autoimagem mais positiva. Os esportes oferecem um espaço onde esses jovens podem desenvolver habilidades físicas, sociais e emocionais, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade. A valorização da participação desses indivíduos no cenário esportivo não apenas desafia as normas capacitistas, mas também destaca a importância de reconhecer e celebrar as habilidades e conquistas individuais, independentemente das limitações físicas (Santos; Gomes, 2020; Seron *et al.*, 2021).

Nesse contexto, Resende e Barbos (2018) destacam a importância da Gincana Inclusiva como uma estratégia para promover o protagonismo, empoderamento e visibilidade das pessoas com deficiência. A abordagem prática desse evento pode ser



discutida em termos de como a participação ativa em atividades inclusivas pode impactar positivamente a percepção social das pessoas com deficiência.

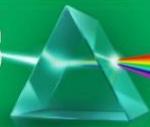
Assim, no enfrentamento do capacitismo, é crucial não apenas identificar e superar as barreiras existentes, mas também promover uma mudança cultural que reconheça e valorize as contribuições únicas de cada indivíduo, seja no ambiente de trabalho ou no campo esportivo. O esporte, quando utilizado de maneira inclusiva, emerge como uma poderosa ferramenta para desafiar e transformar as atitudes capacitistas, construindo uma sociedade mais justa e igualitária (Resende; Barbos, 2018).

O estudo de Silva *et al.* (2018) lança luz sobre a necessidade premente de tornar as políticas públicas mais inclusivas no âmbito esportivo e de lazer para pessoas com deficiência. Ao destacarem a importância da acessibilidade metodológica e programática, os autores ressaltam que as estratégias devem ir além do cumprimento de cotas e contemplar ações efetivas que permitam a participação plena e igualitária desses indivíduos.

A acessibilidade metodológica refere-se à adaptação de métodos e práticas esportivas para atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência. Isso inclui a disponibilidade de equipamentos adaptados, treinadores capacitados e a criação de ambientes que favoreçam a participação de todos. A acessibilidade programática, por sua vez, aborda questões mais amplas, como a promoção de eventos inclusivos e a conscientização sobre a importância da diversidade no cenário esportivo e de lazer (Silva *et al.*, 2018).

No cenário educacional, as reflexões apresentadas por Sanches *et al.* (2022) oferecem uma abordagem inovadora ao discutirem a dimensão capacitista na educação. A proposta de uma abordagem não-capacitista destaca a necessidade de reavaliar e reformular práticas educacionais que muitas vezes perpetuam estigmas e limitam o potencial das pessoas com deficiência. A busca pela autonomia e capacidade desses indivíduos exige uma transformação profunda no modo como a educação é concebida e implementada.

Assim, no contexto das políticas públicas, a discussão sobre o capacitismo destaca a necessidade de medidas abrangentes que transcendam abordagens

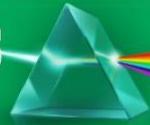


simplistas. A promoção da inclusão requer não apenas a implementação de leis e cotas, mas uma mudança cultural que reconheça e valorize a diversidade em todas as esferas da sociedade. Essa mudança, por sua vez, deve ser guiada por uma compreensão mais profunda das interseções entre o capacitismo e outras formas de discriminação, impulsionando a criação de políticas mais eficazes e inclusivas (Sanches *et al.*, 2022; Certeza, 2023).

O estudo conduzido por Cruz *et al.* (2023) oferece um olhar crítico sobre as barreiras de acessibilidade e mobilidade urbana enfrentadas pelos usuários de programas de reabilitação física. A infraestrutura inadequada das cidades emerge como um obstáculo significativo, impactando diretamente a participação ativa e inclusão dessas pessoas na sociedade. As limitações na mobilidade urbana não apenas comprometem o acesso a serviços essenciais, mas também perpetuam a exclusão social ao dificultar a participação plena desses indivíduos em atividades cotidianas.

Assim, a discussão sobre a infraestrutura urbana, combinada com uma análise profunda do capacitismo como uma gramática social e a evolução das abordagens jurídicas, destaca a necessidade de uma abordagem holística para superar os desafios enfrentados por pessoas com deficiência. A criação de cidades verdadeiramente inclusivas requer não apenas adaptações físicas, mas também uma mudança cultural que desafie e transforme os padrões discriminatórios arraigados na sociedade. Esse caminho rumo à inclusão efetiva exige esforços coordenados em múltiplas frentes, desde o planejamento urbano até a desconstrução de estigmas linguísticos e aprimoramento das estruturas legais e políticas (Moreira *et al.*, 2022; Mörschbacher; Hickel, 2022; Santos *et al.*, 2022).

A pesquisa conduzida por Beltrame (2022) oferece uma perspectiva valiosa sobre a participação social no lazer de adultos com deficiência física. O estudo destaca a importância crítica da acessibilidade para garantir a inclusão nessas atividades. Ao explorar a participação social no contexto do lazer, o autor ressalta como a acessibilidade não apenas remove barreiras físicas, mas também cria oportunidades para uma participação mais ampla e significativa. A inclusão nas atividades de lazer



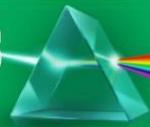
não só contribui para o bem-estar individual, mas também fortalece a coesão social ao reconhecer a diversidade e promover a igualdade de acesso.

A análise de Becker (2019) lança luz sobre os desafios enfrentados por jovens com deficiência desde as fases iniciais da vida. Ao examinar como a discriminação e as limitações decorrentes da deficiência afetam a educação e o trabalho, o autor destaca a necessidade premente de combater o capacitismo desde cedo. A discriminação nesses estágios iniciais não apenas impacta o desenvolvimento educacional, mas também estabelece barreiras significativas no acesso ao emprego. Essa análise ressalta a importância de estratégias educacionais inclusivas e de políticas de emprego que enfrentem o capacitismo de maneira sistemática.

A revisão sistemática conduzida por Mendes *et al.* (2022) proporciona uma visão abrangente da presença do capacitismo na literatura brasileira. Ao analisar a produção científica sobre preconceito, discriminação e estigma contra pessoas com deficiência, os autores revelam a onipresença desse fenômeno em diferentes contextos. A revisão destaca como o capacitismo permeia diversas esferas da sociedade brasileira, desde o ambiente educacional até o mercado de trabalho e as interações sociais. Esse mapeamento é crucial para uma compreensão mais profunda do alcance do capacitismo e orienta esforços para sua mitigação em diferentes setores.

O estudo de Lage *et al.* (2023) desempenha um papel importante ao expor as formas de opressão do capacitismo em situações cotidianas. Ao destacar como essa discriminação está entrelaçada nas interações diárias e práticas sociais, os autores lançam luz sobre as manifestações mais sutis, mas nem menos impactantes, do capacitismo. A análise dessas dinâmicas revela como estereótipos, preconceitos e atitudes discriminatórias permeiam os contextos do dia a dia, moldando as experiências das pessoas com deficiência física.

Ademais, o estudo de Lage *et al.* (2023) ressalta a importância de considerar as dimensões do capacitismo em suas manifestações diárias ao desenvolver estratégias de combate. A conscientização sobre como essas formas de discriminação se manifestam em ambientes familiares, locais de trabalho, espaços públicos e interações interpessoais é crucial para criar intervenções eficazes. Ao focar as práticas sociais cotidianas, os pesquisadores fornecem uma base sólida para a promoção de



mudanças culturais que buscam erradicar o capacitismo em sua raiz. Essa abordagem, que reconhece a complexidade das experiências cotidianas das pessoas com deficiência, é fundamental para construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise abrangente destaca a persistência do capacitismo, que afeta pessoas com deficiência física em diversos contextos sociais. Essa discriminação se reflete no mercado de trabalho, no esporte, no lazer, na educação, na saúde e outros espaços sociais.

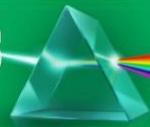
Para combater o capacitismo, é fundamental promover a conscientização, educar sobre a equidade de oportunidades e desconstruir estereótipos. Políticas públicas devem garantir acessibilidade universal. Além disso, é fundamental reconhecer as complexas interações entre o capacitismo e outras formas de discriminação. Refletir sobre o capacitismo requer repensar práticas e conceitos que foram aprendidos e executados ao longo da história e redefini-los.

Além disso, precisamos romper com o olhar capacitista e reconhecer as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, sem discriminação, em razão de seus diferentes modos de se locomover. É preciso desapegar dos padrões que geram preconceito e discriminação e entender que todos somos diferentes em alguns aspectos, mas que isso não deve ser um critério para a exclusão.

A luta contra o capacitismo é essencial para uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas, independentemente de sua condição física, possam desfrutar plenamente de seus direitos e oportunidades.

## **REFERÊNCIAS**

AUGUSTIN, I. Modelos de deficiência e suas implicações na educação inclusiva. In: **SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL**, 9., 2012, Caxias do Sul. Anais [...] Caxias do Sul: UCS, 2012. p. 1-6. Disponível em: [https://www.ucs.br/ucs/tplAnped2011/eventos/anped\\_sul\\_2012/programacao/AnpedS](https://www.ucs.br/ucs/tplAnped2011/eventos/anped_sul_2012/programacao/AnpedS)



BECKER, K. L. Como a deficiência afeta a educação e o trabalho de jovens no Brasil. **Nova Economia**, v. 29, p. 1009-1039, 2020.

BELTRAME, A. L. N. O lazer e a pessoa com deficiência física usuária de cadeira de rodas: investigando a participação social. **Movimento**, v. 28, 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 18 abr. 2023.

CRUZ, V. V.; *et al.* Percepção dos usuários de centro especializado em reabilitação física sobre barreiras de acessibilidade e mobilidade urbana. **Rev. Pesqui.(Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, p. e11945-e11945, 2023.

DINIZ, D. O que é deficiência? São Paulo: Brasiliense, 2007. (**Coleção Primeiros Passos**).

FAGUNDES, K. M. O Capacitismo como barreira atitudinal ao processo de inclusão escolar. [**livro eletrônico**] / Karine Michele Fagundes. Ponta Grossa, 2022. Disponível em <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3793/5/.pdf>. Acesso em 14/05/2024.

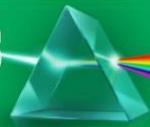
HINGSBURGER, D.; GRIFFITHS, D. Understanding the Social World of People with Intellectual Disabilities. *In*: NELIS, T. et al. (Org.). The Palgrave Handbook of Disabled Children's Childhood Studies. **Palgrave Macmillan**, 2017. p. 167-182.

HICKEL, N.; MÖRSCHBÄCHER, J. S. Deslizamentos nos modos de exclusão e a emergência do capacitismo. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 29, n. 1, p. 15-42, 2022.

IVANOVICH, A. C.; GESSER, M. Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a) políticos. **Quaderns de psicologia**, v. 22, n. 3, p. e1618-e1618, 2020.

LAGE, S. R. M.; LUNARDELLI, R. S. A.; KAWAKAMI, T. T. O Capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli**, v. 28, p. e93040, 2023.

MARCHESAN, A.; CARPENEDO, R. F. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. **Revista Trama**, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/trama/article/download/26199/17003/100306>. Acesso em: 30 mar. 2023.



MELLO, A. G. de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/?lang=pt>  
Acesso em: 14/05/2024

MENDES, M. J. G.; COSTA, M. P. R.; DENARI, F. E. Preconceito, discriminação e estigma contra pessoas com deficiência: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 16, p. e4825027-e4825027, 2022.

MOREIRA, M. C.N.; *et al.* Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. **Ciencia & saude coletiva**, v. 27, p. 3949-3958, 2022.

PEREIRA, C. **Educação inclusiva e o enfrentamento ao capacitismo: o respeito à diferença na escola e na sociedade**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/download/26199/17003/100306>. Acesso em: 30 mar. 2023.

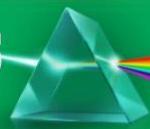
RESENDE, M. C.; BARBOS, K. B. Gincana inclusiva: protagonismo, empoderamento e visibilidade das pessoas com deficiência. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 4, p. 1-12, 2018.

SANTOS, S. C.; KABENGELE, D. C.; MONTEIRO, L. M. Necropolítica e crítica interseccional ao capacitismo: um estudo comparativo da convenção dos direitos das pessoas com deficiência e do estatuto das pessoas com deficiência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 158-170, 2022.

SANCHES, A. S.; ARAUJO, N. R. K.; PONTIN, F. Capacitismo, Capacitações e Inclusão Efetiva: Desafios para a educação inclusiva a partir da abordagem de Martha Nussbaum. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 24, n. 60, 2022.

SASSE, C. Capacitismo: subestimar e excluir pessoas com deficiência tem nome. **Agência Senado**. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/11/capacitismo-subestimar-e-excluir-pessoas-com-deficiencia-tem-nome> Acesso em 10/04/2024

SERON, B. B. *et al.* O esporte para pessoas com deficiência e a luta anticapacitista: dos estereótipos sobre a deficiência à valorização da diversidade. **Movimento**, Porto Alegre, v. 27, set. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/113969>. Acesso em: 10 abr. 2024.



SILVA, J. V. P.; SILVA, D. S.; SAMPAIO, T. M. V. Políticas públicas de esporte em parques e a inclusão de pessoas com deficiência. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 21, n. 4, p. 339-358, 2018.